

Orgânicos ou agrotóxicos: uma análise com estudantes do ensino médio de uma escola do campo

Glessyan de Quadros Marques^{1*} (PG), Marcia Borin da Cunha² (PQ).
glessyan@hotmail.com.

¹Mestranda em Educação Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE

²Professor Adjunto Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Projeto Político Pedagógico.

RESUMO:

Neste trabalho defendemos a importância de trabalhar aspectos da Educação Ambiental na Educação do Campo em escolas do campo, de modo a oferecer aos estudantes uma formação mais abrangente. Analisamos o PPP de uma escola do campo buscando verificar a presença de aspectos da Educação Ambiental no projeto da escola e apresentamos a análise de uma questão ambiental, no qual buscamos conhecer a concepção dos estudantes da escola do campo acerca da utilização de material Orgânico e Agrotóxicos. O objetivo foi investigar, por meio da interpretação de uma charge, a opinião dos estudantes em relação as suas escolhas. Concluímos em nossa análise, que o PPP da escola do campo não apresenta aspectos da Educação Ambiental, havendo poucas evidências de uma preocupação com o meio ambiente. Por meio da análise da charge percebemos que a grande maioria dos estudantes prefere a utilização do material Orgânico, assim como optam pelos produtos derivados da produção orgânica, apontando os diversos benefícios dos orgânicos e os malefícios do agrotóxico. Entretanto, não apresentam em suas repostas um conhecimento aprofundado sobre o assunto.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente, trabalhadores rurais têm sido explorados no Brasil em favor da lucratividade imposta pelo capitalismo. Ainda hoje, vemos camponeses lutando para garantir seus direitos sociais e trabalhistas. Segundo Zakrzewski (2004) a população do campo ainda sofre com os impactos do modelo de desenvolvimento rural brasileiro gerador de inúmeros problemas econômicos, sociais e ecológicos.

Até pouco tempo atrás, conforme Soares (2007), o campo era considerado o lugar da rusticidade, do inculto, do atraso, entre tantos outros atributos depreciativos e, os diversos planos de intervenção no espaço rural eram guiados por uma visão que privilegiava a transposição de modelos gerados na cidade para o campo, desprezando as experiências e as dinâmicas rurais. Do mesmo modo, as políticas educacionais tratavam a educação urbana como um parâmetro a ser seguido e, a educação do campo era tida como uma adaptação desta (ZAKRZEWSKI, 2007).

Segundo indicadores educacionais disponibilizados por instituições federais de pesquisa como IBGE, INEP e IPEA, entre outras, as populações que vivem no campo apresentam clara desvantagem com relação as que vivem nas cidades, indicando que, ao longo dos anos, as políticas públicas para essas populações foram insuficientes para garantir uma igualdade educacional nestes contextos (BRASIL, 2007).

Nos últimos anos foi possível perceber mudanças no sentido de reconhecer os direitos da população do campo, que são resultado das lutas iniciadas por instituições e movimentos sociais camponeses, que possibilitaram alcançar realizações, inclusive, no âmbito educacional como, por exemplo, a regulamentação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no ano de 2002.

Desde então, a educação para a população rural passou a ser tratada sob a denominação de Educação do Campo. E este modelo de Educação, de modo geral, procura compreender as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação

integral dos indivíduos que vivem no campo, de modo a atender essa especificidade e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo. (BRASIL, 2007)

Desta forma, a Educação do Campo volta-se para toda a população que vive e/ou trabalha no campo incluindo agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, empregados rurais, entre outros.

Caldart (2008) salienta que a Educação do Campo deve procurar combater o latifúndio e a agricultura centrada basicamente no negócio e no lucro, buscando fortalecer um modelo de agricultura familiar, no qual se preserve as características da produção camponesa, buscando outro projeto de desenvolvimento, que mantenha o vínculo de origem com as lutas sociais camponesas.

Nesta perspectiva, entendemos que a Educação do Campo pode ser transformadora, mas para isto acontecer,

[...] é preciso educar para um modelo de agricultura que inclui os excluídos, [...] que aumenta as oportunidades do desenvolvimento de pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centradas em uma vida digna para todos e respeitadora dos limites da natureza (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p.13).

Cardoso e Araújo (2012) mencionam que questões de saúde pública como a falta de saneamento básico, abastecimento de água inadequado, problemas com segurança alimentar e, questões de cunho ecológico como o desmatamento, poluição e esgotamento do solo, influenciam o contexto de qualquer comunidade. Segundo esses autores a Educação do Campo pode se colocar de modo a trazer soluções para estes problemas, possibilitando aos estudantes o acesso ao conhecimento científico, não só para garantir uma vida melhor, mas para que possam se posicionar criticamente frente às inúmeras situações do cotidiano.

Nessa perspectiva, mostrou-se imprescindível que a escola se reajustasse a essa nova realidade. A partir dos anos 1990, iniciou-se a construção de um novo modelo pedagógico que passaria a levar em conta as características do campo e as necessidades dos alunos integrantes deste espaço sociocultural (SOARES, 2007).

Caldart (2003) caracteriza a escola do campo não como um tipo diferente de escola, mas como uma escola que reconhece e ajuda a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

Caldart (2008) coloca ainda, que a Educação do Campo precisa incluir em seu projeto pedagógico, a reflexão sobre como acontecem no cotidiano da escola os processos de socialização, sua relação com os processos de conservação e de criação de culturas e, com a formação dos novos sujeitos sociais do campo. Considerando, desta forma, o que deve ser enfatizado pela intencionalidade pedagógica da escola na perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento.

Até o momento destacamos, brevemente, algumas características e pretensões da Educação do Campo, pois nosso objeto de estudo trata-se de uma escola do campo, que compartilha destes pressupostos. Porém, defenderemos neste artigo a importância de vislumbrar nas salas de aula das escolas do campo, aspectos da Educação Ambiental, vinculando-os à Educação do Campo, pois entendemos que isto é necessário para favorecer uma formação integral, no qual os cidadãos integrantes do meio rural estejam mais conscientes de suas responsabilidades com o futuro do meio ambiente e da sociedade. Discutiremos também, a presença destes aspectos no projeto político pedagógico das escolas do campo.

Educação Ambiental nas Escolas do Campo

A inserção da Educação Ambiental (EA) em todos os níveis e modalidades de ensino é uma recomendação da Lei Federal 9.795/99, que entende a EA como um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação e sustentabilidade do meio ambiente, essencial à qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, mostra-se fundamental, que nós, enquanto, profissionais da área de ensino de ciências, procuremos empregar efetivamente, a EA em nossas práticas na sala de aula, incluindo estes aspectos nos currículos das disciplinas de química, física e biologia, independentemente do contexto escolar, esteja ele localizado na cidade ou no campo. O Ensino de Química, especificamente, possibilita trabalhar vários aspectos da EA atrelados a uma gama de conhecimentos importantes à formação do cidadão urbano ou camponês.

Dentro desta perspectiva, a EA pode ter diferentes definições. Segundo Loureiro *et. al.* (2003), a Educação Ambiental é uma práxis educativa que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade e, a atuação lúcida e responsável de atores sociais e individuais no ambiente. Desta forma, contribuindo para a implementação de um padrão civilizacional distinto do vigente, pautado numa nova ética de relação sociedade-natureza.

Ainda para Loureiro *et. al.* (2003) é a partir da ação territorializada dos atores sociais com seus distintos interesses e necessidades, que se instauram os processos de apropriação e uso do patrimônio natural, e assim, se realizam os atos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente.

Segundo Ferrari e Zancul (2008) a Educação Ambiental proporciona experiências concretas, inserindo o educando numa prática social real, para que ele possa construir seus valores e hábitos, refletindo sobre aquilo que acontece no espaço onde vive e atuando de forma consciente em busca da manutenção, conservação e da preservação do Meio Ambiente.

De acordo com Philippi Júnior e Pelicioni (2002) a EA possibilita construir novos valores e novas relações sociais dos seres humanos com a natureza formando atitudes dentro de uma nova ótica, a da melhoria da qualidade de vida para todos os seres.

Nessa perspectiva, compartilhamos as ideias de Sonia Balvedi Zakrzewski que defende a inserção da Educação Ambiental nos currículos das escolas do campo. Conforme Zakrzewski (2004), apesar das inúmeras tentativas de incorporar a Educação Ambiental nos currículos escolares, ainda são poucas as pesquisas e intervenções voltadas especificamente à população do campo.

Para esta autora a EA é uma complexa dimensão da educação, caracterizada por uma grande diversidade de teorias e práticas, que não pode ser entendida no singular. E assim como Zakrzewski (2007), acreditamos que as escolas do campo precisam de uma Educação Ambiental com especificidades próprias, que possa responder aos interesses e às necessidades dos povos que moram e trabalham no campo.

Desta maneira, a Educação Ambiental precisa veicular um saber significativo, crítico, contextualizado, do qual se extraem indicadores para a ação, reforçando um Projeto Político Pedagógico vinculado a uma cultura política libertária, baseada em valores como a solidariedade, igualdade e diversidade (ZAKRZEWSKI, 2007).

Zakrzewski (2007) coloca ainda, que a presença da EA nas escolas do campo, atenta às diferenças do ambiente natural, contribui para a formação de sujeitos responsáveis, capazes de refletir e agir sobre sua realidade, capazes de identificar, analisar, compreender e resolver problemas, capazes de cooperar e, acima de tudo, que sejam possuidores de um comportamento ético.

A partir do exposto, percebemos que a Educação do Campo e a Educação Ambiental apresentam especificidades distintas, porém, ambas almejam transformações que beneficiem a sociedade. Em nossa concepção os pressupostos destes dois modelos podem complementar-se, objetivando oferecer uma formação integral aos sujeitos do campo. Deste modo, a Educação do Campo poderia englobar aspectos da Educação Ambiental, importantes para conservar a natureza e manter a sustentabilidade do planeta. Constituindo-se assim, currículos e projetos que abranjam as necessidades formativas atuais. Entretanto, temos consciência de que esta é uma aspiração um tanto quanto ambiciosa, quando nem ao menos a Educação do Campo está instituída em muitas escolas do campo, enquanto modelo educacional. No entanto, precisamos melhorar essa realidade, empregando estes pressupostos nos currículos e, principalmente, nas salas de aula do campo, se almejamos um futuro melhor para todos.

O Projeto Político Pedagógico nas Escolas do Campo

De acordo com Pucci *et. al.*, (2014) o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que reflete o posicionamento da escola frente à sociedade. E ele compreende toda a organização da escola, nos aspectos formativo, administrativo, político, financeiro e pedagógico. Sendo importante que todos os sujeitos envolvidos no processo participem de sua construção, para que haja uma articulação entre os sujeitos que pensam, gerenciam e executam as ações educativas. Desta forma, o PPP é um conjunto de ações que reflete a realidade da escola, situada em um contexto, que a influencia e que pode ser influenciado por ela (SOUZA, *et. al.*, 2008).

Nascimento (2006) salienta que grande parte das escolas existentes na zona rural possuem docentes desqualificados e com visão de mundo urbano, com currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo, assim como, o PPP destas escolas, que quase sempre é desvinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo do campo.

Segundo Souza *et. al.*, (2008) na perspectiva da Educação do Campo, o PPP pressupõe uma ruptura com o atual modelo de educação e de sociedade vigentes, de modo que a escola modifique a estrutura organizacional e as suas relações sociais e possibilite uma educação para transformação da sociedade e dos sujeitos envolvidos no e fora do processo escolar.

Na perspectiva da Educação Ambiental, Pucci *et. al.*, (2014) enfatiza a inexistência de uma concepção da relação homem/natureza e sustentabilidade nos PPPs das escolas, este tipo de conhecimento é deixado de lado e coberto pelas obrigações já incluídas nos projetos. Entretanto, para estas autoras é fundamental inserir a EA no PPP da escola, direcionando a constituição de um ambiente mais justo e sustentável para todos.

Diante do exposto, é essencial olharmos criticamente para o PPP das escolas do campo e, de acordo com a necessidade, é preciso reestruturar/reelaborar este documento, para que ele contemple os pressupostos aqui mencionados. E que acima de tudo, a política pedagógica da escola sustente uma preocupação com o meio ambiente, almejando a conscientização dos sujeitos do campo com relação as suas

atitudes frente à sociedade e a natureza, de modo que, este projeto possa ser transformado em ações.

O Ensino de Química, neste contexto, precisa considerar aqueles conhecimentos científicos relevantes para promover soluções aos problemas do campo e, além disso, provocar reflexões acerca das atitudes desses sujeitos no seu meio, procurando, também, valorizar as práticas dos camponeses e auxiliar na sua emancipação, para que possam compreender as implicações da intervenção do homem na natureza, procurando sempre preservá-la. É necessário também, esclarecer aos estudantes, que a Química tem um papel importante no sistema produtivo, industrial e rural (BRASIL, 2000) e, ela não deve continuar sendo culpabilizada por tantos dos problemas criados pelo homem, que a utiliza irresponsavelmente.

Acreditamos que independentemente do contexto no qual a escola esteja inserida, a Educação Ambiental não pode deixar de ser vislumbrada e, de modo algum deve ser tratada de modo superficial. Segundo Lindemann (2010) é importante discutir e se problematizar os aspectos químicos relacionados ao ambiente, em especial no sistema rural, pois estes aspectos são percebidos no cotidiano dos alunos das escolas do campo. Por isso, a necessidade de se discutir no ensino de química questões como, por exemplo, o uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas. Esta temática merece atenção, já que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, e estes produtos têm ocasionado à morte de muitos trabalhadores rurais.

A partir do exposto, procuramos investigar algumas questões: O que os estudantes do ensino médio de uma escola do campo pensam a respeito do uso de Agrotóxico e de material Orgânico? Se tivessem de escolher entre um deles, qual seria esta escolha e em que ela estaria fundamentada? Será que este tema é discutido na disciplina de química do ensino médio? O projeto político pedagógico da escola do campo apresenta uma preocupação com o meio ambiente? Que ações ele traz neste sentido?

METODOLOGIA DE PESQUISA

A amostra desta pesquisa foi composta por estudantes do ensino médio de uma escola do campo localizada em um distrito de Toledo/PR, a 38 km da cidade. Entrevistou-se um total de 18 estudantes do 2º ano do ensino médio, regular, do período noturno. Os dados da pesquisa foram coletados no ano de 2015.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, vinculada a uma dissertação de mestrado. No entanto, neste artigo selecionamos apenas uma das questões de um questionário maior, para uma análise qualitativa mais apurada.

O questionário inicial era composto por questões socioculturais que tinham como objetivo conhecer o público participante da pesquisa e, também, por questões envolvendo conceitos sobre meio ambiente (plásticos, exploração do gás xisto, poluição de rios, produtos orgânicos e agrotóxicos, vazamento de gás, entre outras) nas quais os estudantes tinham de expressar sua opinião utilizando argumentos, ou decidir sobre uma posição/atitude que solucionasse o problema proposto. Neste artigo trazemos a análise de uma questão que apresenta uma charge relacionada a adubo orgânico e agrotóxico (questão aberta). Realizamos também uma análise do PPP da escola do campo considerando a presença da Educação Ambiental neste documento.

Discutiremos inicialmente a análise do PPP da escola, procurando verificar a presença de aspectos ambientais presentes nos objetivos e nas ações da escola, no sentido de desenvolver uma consciência ambiental nos estudantes ao longo da escolarização. Posteriormente, apresentamos aspectos gerais do perfil sociocultural

dos estudantes. Na sequência apresentamos a análise de uma questão aberta, que envolve a polêmica sobre “adubo orgânico e fertilizante (agrotóxicos)”. Utilizamos para analisar esta questão à análise de conteúdo de Bardin (1977) que ajuda-nos a compreender todo tipo de comunicação ou textos para além de seus significados imediatos, empregando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Assim, a análise de conteúdo possibilita explicitar e responder as questões de pesquisa. Para esta análise transcrevemos integralmente, as repostas dos estudantes a questão descrita acima.

RESULTADOS

A escola e o Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo

Segundo nossas observações, de modo geral, a escola é bem localizada, estando dentro do distrito, que é asfaltado em seus principais acessos. Há transporte público estudantil para os estudantes que moram na zona rural. A escola tem bom espaço físico, é bem arborizada e limpa. Porém, a parte estética do prédio e as salas de aula deixam a desejar (pintura, estrutura e equipamentos). A biblioteca é pouco frequentada, assim como o laboratório de ciências e a sala de informática. Aos estudantes é disponibilizado refeições enquanto estão na escola, inclusive para aqueles que participam de projetos e tem de permanecer em período integral. A grande maioria dos professores, que atuam na escola, não reside no distrito e, precisam deslocar-se por meio de estradas asfaltadas, mas em más condições de conservação. De modo geral, a escola é bem organizada, seus gestores mostram-se rígidos e preocupados em manter os alunos dentro da sala de aula realizando alguma atividade. As salas de aula possuem câmeras e, a quantidade de alunos nas turmas é pequena se comparada às escolas da cidade.

Ao analisar o PPP da escola é possível ter uma ideia geral da filosofia, da história e do contexto no qual a escola está inserida. Este PPP foi implementado em dezembro de 2011 e recebeu modificações em 2012.

Os objetivos presentes no projeto da escola se aproximam das perspectivas propostas pela Educação do campo, mas de forma bastante superficial, pois os objetivos não foram construídos pensando a formação de camponeses, participantes de uma realidade com características próprias, o foco deste está na formação do cidadão numa perspectiva social. Os objetivos da escola são: colaborar para desenvolver pensamentos autônomos e críticos; levar o aluno à compreensão da importância dos valores humanos (religião, família, educação, amizade, civismo, ética) vivenciando-os no seu dia a dia; estimular condições para a formação de um cidadão independente, agente integrante e transformador da sociedade em que vive; valorizar a auto-estima, levando-os a confiar em suas capacidades afetivas, físicas e intelectuais; relacionar a teoria aos fundamentos científicos e tecnológicos com a prática; estimular a criatividade e curiosidade para usufruir das diferentes fontes de informação, ampliando seus conhecimentos; promover uma maior integração entre escola, alunos e pais (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011).

Nessa perspectiva temos os objetivos para o ensino médio: aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar para o trabalho e a cidadania do educando, aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria e a prática, no ensino de cada disciplina.

Em nossa concepção os objetivos da escola do campo analisada são semelhantes aos objetivos de uma escola da cidade. Notamos também não haver nenhuma referência a aspectos relacionados à Educação Ambiental, assim como não há uma compreensão de que os indivíduos deste contexto são parte integrante do meio ambiente e que atuam diretamente sobre ele.

No PPP da escola, percebemos que há apenas uma menção a esse respeito, no trecho a seguir:

É preocupante o tratamento dado ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos, o desmatamento e o destino que é dado ao lixo produzido, o baixo valor conquistado pela utilização da terra, sem agregação de valor e riqueza adicional às atividades desenvolvidas nas propriedades; a concentração urbana sem expectativas de emprego, trabalho e renda (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, p. 16, 2011).

Fica claro neste trecho que há uma preocupação com o meio ambiente, porém esta preocupação não é considerada para a elaboração dos objetivos e nas ações da escola. As ações da escola que voltam-se para aspectos de administração e gestão escolar a serem desempenhadas pelas diferentes instâncias escolares.

Percebe-se neste PPP, uma pretensão/anseio em atender as necessidades sociais do público estudantil da escola, que tem como foco o desenvolvimento do aluno, porém, as relações homem-natureza, as formas de intervenção e transformação desta, os problemas ambientais locais foram desconsideradas na construção deste documento. No extrato a seguir, percebemos essa lacuna.

O processo ensino-aprendizagem ocorre em transformações contínuas que se realizam através da interação dos indivíduos entre si e com o meio no qual se inserem, pelos objetos, pessoas, ideias, valores e conhecimento, continuamente por toda a vida, em períodos distintos com estratégias, possibilidades de ação, interação de acordo com o ritmo do indivíduo. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, p. 42, 2011).

O indivíduo aparece numa perspectiva social, relacionando-se com outros indivíduos num meio social, e não em interação direta com a natureza, como participante ativo e transformador do meio ambiente. Isto pode ser claramente percebido nas concepções de homem e de educação presentes neste PPP, nas quais enfatiza-se, a relação homem-sociedade. A inexistência de uma concepção ambientalista nesse PPP pressupõe que esta não seja percebida como uma prioridade da escola.

Não encontramos evidências de uma preocupação com o meio ambiente e nem de aspectos da Educação Ambiental neste documento, do mesmo modo não observamos propostas de ações a serem implantadas neste sentido. O que certamente implica uma lacuna nas práticas em sala de aula e na formação destes estudantes.

Questões Socioculturais

A análise das Questões Socioculturais nos permite apresentar o perfil dos estudantes entrevistados.

O número total de participantes da pesquisa um total de 18 estudantes, dentre eles 12 meninos e 6 meninas. A maioria dos estudantes (13) com 15 e 16 anos e, apenas (5 estudantes) têm mais de 17 anos (17 a 21 anos de idade), portanto, a grande maioria apresenta idade correspondente a série que frequentam na escola.

A maioria dos estudantes (12) mora no distrito, os demais (6) moram na zona rural. Todos os estudantes entrevistados (18) trabalham, estando empregados principalmente em empresas privadas, no comércio ou em indústrias da região e nas atividades do campo.

Descrição e Análise da Questão Ambiental

Aos estudantes fornecemos a seguinte questão:

A charge a seguir trata de um tema bastante polêmico, no qual você terá de expor sua opinião sobre este assunto. Se você fosse um dos personagens abaixo, que argumentos você utilizaria para convencer o outro de que a sua atitude é a mais correta?



Figura 1: Charge fornecida na questão

Fonte: <http://agroffice.blogspot.com.br>

Todos os estudantes entrevistados responderam a questão. Abaixo transcrevemos integralmente suas respostas, que fazem parte do *corpus* desta análise. Identificamos cada estudante com a letra E seguida de um número.

Como já dito anteriormente, nossa intenção volta-se a análise da opinião dos estudantes de uma escola do campo com relação ao assunto Agrotóxico x Orgânico.

De modo geral, é possível perceber que os estudantes elaboraram respostas curtas, não se reportando a algum dos personagens, a maioria deles ignorou a figura do Zé e do João, expondo sua opinião sobre o assunto de modo objetivo, escolhendo um dos “produtos” para justificar sua opinião.

A partir da análise das respostas dos estudantes proposta por Bardin (1977) surgiram 6 categorias que estão descritas abaixo.

A seguir incluímos no Quadro 1 as respostas dos estudantes subdivididas em categorias (definidas a *posteriori*). Para definição das categorias consideramos cada seguimento de resposta (frase) dos estudantes como uma unidade de análise.

Quadro 1: Categorização das respostas dos estudantes;

C1: Orgânico, malefícios do agrotóxico e benefícios do orgânico	
E9:	“Os agrotóxicos, entre os outros produtos fabricados quimicamente, são altamente agressivos ao meio ambiente, tornando o solo viciado e dependente destes produtos, tornando difícil a recuperação do solo, sendo preferível o uso de orgânicos, que agem na maioria, sem degradar o meio ambiente.”
E16:	“O orgânico, além de ser o mais correto, não gasta dinheiro, nem combustível até ir a uma agropecuária, pois o fertilizante contém produtos tóxicos com contato ao solo ou ao fruto faz com que ele deixe de ser saudável.”

E15:	“Apoio a utilização de material orgânico, pois a pouquíssimos riscos de contaminação, por ser algo natural, ao contrário dos agrotóxicos que dependente do local despejado acaba poluindo e prejudicando a área.”
C2: Benefícios dos dois produtos	
E6:	“Traria as qualidades de minhas técnicas de produção falando sobre os vários benefícios que poderia trazer. Se eu usasse fertilizante falaria que a produção se tornaria mais rápida. Se eu usasse produto orgânico, falaria que tem uma qualidade melhor.”
C3: Orgânico, benefícios do orgânico	
E18:	“Sempre optar pelo orgânico, além de não prejudicar o meio ambiente, ajuda muito, nos alimentos orgânico.”
E14:	“Que o orgânico é bem mais melhor e não tem muito gasto e não polui o solo.”
E4:	“Que se ele utilizasse o orgânico o alimento seria muito mais saudável e saboroso, além disso adubaria o solo.”
E2:	“O orgânico é melhor polui bem menos os lençóis freáticos, são melhores para o cultivo de frutas, verduras e legumes e também dá mais lucro do que usar agrotóxicos e também produtos que são produzidos com adubo orgânico é mais saudável.”
C4: Orgânico, malefícios do agrotóxico	
E10:	“Acho que a agricultura deveria ser orgânica, diria que, ao usar, por exemplo, adubo transgênico em sua terra, o solo não vai mais, ou vai demorar para se adaptar com outro adubo, e a terra exige cada vez mais de adubo transgênico.”
E7:	Se eu fosse seu Zé, faria ou mostraria como prejudica o uso de agrotóxicos, sendo que as partículas ali presentes morrem tudo assim com o natural todos ficam felizes.”
E12:	“Que o agrotóxico é mais poluente que o esterco e seria desperdiçado corretamente”.
E13:	“Eu falaria que o dele vai muito agrotóxico e que prejudica a planta e o meio ambiente.”
E11:	“Eu ia alertar o do agrotóxico que iria prejudicar o meio ambiente, o ar, o solo, e pode matar as plantas.”
E1:	“Se eu fosse seu Zé eu iria explicar que ele usando a tecnologia que seria o agrotóxico estaria prejudicando sua própria saúde e devastando o solo”.
E5:	“Os orgânicos são melhores que os tecnológicos.”
E3:	“O orgânico em pequena quantidade não agride o meio ambiente e traz as mesmas qualidades dos fertilizantes industriais.”
C5: Orgânico, benefícios do agrotóxico e do orgânico e malefícios do agrotóxico;	
E17:	“Os agrotóxicos podem acelerar a produção mas prejudica e intoxica, pode causar doenças. Convenceria o personagem a usar orgânico pois além de ser mais saudável é muito mais gostoso os alimentos produzidos desse modo.”
C6: Orgânico, malefícios e benefícios do orgânico;	
E8:	“Sem dúvida o orgânico, pois apresenta melhor rendimento com plantas, apesar de ser mais nojento.”

Abaixo temos as repostas dos estudantes que se encaixam na categoria C1: Malefícios do agrotóxico e benefícios do orgânico. Nesta categoria três (3) estudantes se posicionaram a favor dos orgânicos, apontando os malefícios do agrotóxico e os benefícios dos orgânicos;

O estudante **E9** para justificar sua escolha pelo orgânico mencionou que os agrotóxicos são produtos fabricados quimicamente, o que exprime a ideia de que o agrotóxico por ser um produto químico, degrada o meio ambiente. O estudante **E16** justificou sua opção pelo orgânico mencionando que este “não gasta dinheiro”, dando a entender que o orgânico pode dar mais lucro que o fertilizante. **E15** justificou sua escolha em termos de poluição, já que o material orgânico oferece menor risco de contaminação, por ser natural.

Na categoria C2: Benefícios dos dois produtos, o estudante **E6** apontou um benefício do agrotóxico e um do orgânico, em termos de rapidez na produção e em qualidade, considerando que estes têm suas vantagens.

Na categoria C3: Benefícios do orgânico, os quatro (4) estudantes se posicionaram a favor dos orgânicos, mencionando seus diversos benefícios. **E18** mencionou que o orgânico não prejudica o meio ambiente e “ajuda nos alimentos orgânicos”. **E14** salienta que o orgânico é melhor, pois não polui o solo e oferece menores gastos. **E4** justificou que o orgânico aduba a terra e produz um alimento mais saudável e saboroso. O estudante **E2** menciona os benefícios do orgânico ao meio ambiente e aos alimentos, justifica que o orgânico é mais saudável e, além disso, oferece maior lucratividade.

Na categoria C4: Malefícios do agrotóxico, oito (8) estudantes se posicionaram a favor dos orgânicos, justificando sua escolha apontando os malefícios/desvantagens dos agrotóxicos. Destas respostas chama-nos atenção a resposta de **E7** que tentou explicar que o agrotóxico é prejudicial em relação as suas partículas, porém sua resposta se mostra confusa, dificultando a interpretação. **E12** menciona que o agrotóxico polui mais que o esterco. Este estudante tenta comparar os dois.

Na categoria C5: Benefícios do agrotóxico e do orgânico e malefícios do agrotóxico, o estudante **E17** se posicionou a favor do produto orgânico apontando os benefícios e malefícios do agrotóxico.

Na categoria C6: Malefícios e benefícios do orgânico o estudante **E8** se posicionou a favor do orgânico, porém mencionou uma qualidade e um aspecto desfavorável da utilização deste material.

De modo geral é perceptível que a grande maioria dos estudantes da escola do campo prefere o orgânico, assim, optando pela utilização do material orgânico na produção agrícola, ao invés do fertilizante. Percebemos que as respostas dos estudantes são bastante simplórias, e de senso comum, não fazendo relação com algum conhecimento científico, ou até mesmo relacionado à experiência prática dos estudantes, já que estes poderiam vivenciar essas práticas com mais frequência, por viverem no campo, no entanto, este fato não se mostra aparente.

Desta forma, é possível inferir que apesar de o PPP da escola do campo não demonstrar evidências de ações voltadas ao tratamento/discussão de aspectos da Educação Ambiental, nas respostas dos estudantes há indícios de que eles apresentam uma preocupação com o meio ambiente. Estas concepções de que o orgânico é sempre melhor pode estar relacionada às imposições da mídia, ou as influências do contexto social ou escolar destes estudantes. Em virtude da falta de uma argumentação mais sólida, por parte dos estudantes entrevistados, não foi possível identificar a origem desta ideia.

Na perspectiva do projeto pedagógico da escola, esta parece contribuir pouco com a visão dos estudantes acerca dessa temática. No entanto, estas ideias podem derivar de ações isoladas de professores ou da vivência dos estudantes.

Não há presença de conceitos científicos mais elaborados nestas explicações, os argumentos mostram-se fracos, havendo poucos recursos a serem analisados.

Percebemos que, a grande maioria dos estudantes opta por utilizar o material orgânico, pois segundo eles, este é melhor e traz melhores resultados à produção, aos alimentos, não degrada o meio ambiente, não prejudica a saúde etc. Além disso, segundo eles, os produtos derivados da produção orgânica, apresentam melhor qualidade, entre outros benefícios.

Notamos pouca reflexão sobre o motivo real de os agrotóxicos serem utilizados em larga escala, apesar de todos os problemas por ele causados.

Os estudantes demonstraram ter dificuldade de se posicionar como agricultores, como indicado na questão, eles se posicionam como consumidores dos alimentos produzidos pelos agricultores. Apenas um (1) estudante mencionou a questão do lucro envolvido nesta atividade, apesar de dois (2) outros terem dito que o produto orgânico oferece menos gasto. Entretanto é sabido que a utilização de adubo orgânico tem um custo/benefício menor em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que a escola do campo discuta e promova reflexões críticas acerca de questões prioritárias relacionadas ao meio ambiente, como o uso de produtos orgânicos e agrotóxicos na fertilização. Uma abordagem escolar neste sentido possibilita que os estudantes opinem com maior clareza de ideias, podendo fazer uso do conhecimento científico para tomar decisões e justificar suas opiniões. Além disso é fundamental que o PPP da escola seja reformulado e passe a considerar os aspectos da Educação Ambiental nos currículos e, principalmente nas práticas da escola. Esta ideia tem como suporte a formação de estudantes da escola do campo mais conscientes de suas responsabilidades com a natureza e integrados ao ambiente onde vivem.

Agradecimento

Agradecemos a Capes pelo apoio financeiro e concessão bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília, 2000.
- _____. Cadernos SECAD 2: **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**.
- HENRIQUES, R.; et. al. (Orgs). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), 2007.
- CARDOSO, L. R.; ARAÚJO, M. I. O. Currículo de Ciências: Professores e Escolas do Campo. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v.14, n. 02, p. 121-135, 2012.
- CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Revista mimeo**, 16 p., março de 2004.
- _____. A Escola do Campo em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, 2003.
- _____. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In. **Cadernos temáticos: educação do campo / Paraná. Secretaria de Estado da Educação**. Curitiba, 2008.
- FERRARI, A. H.; ZANCUL, M. C. S. Educação ambiental: do projeto político-pedagógico à sala de aula. **Educação em Revista**, Marília, v.9, n.1, p.19-34, 2008.

- LINDEMANN, R. H. Ensino de Química em Escolas do Campo com Proposta Agroecológica: Contribuições do Referencial Freireano de Educação. **Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2010.
- LOUREIRO, C. F. B. *et. al.* (Orgs.) **Cidadania e meio ambiente**. Série construindo os recursos de amanhã, V1. Cidadania e meio ambiente. Centro de Recursos ambientais, Salvador, 2003.
- NASCIMENTO, C. G. Educação e Cultura: As escolas do campo em movimento. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.
- PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. Ed. Signus, 2^a. ed., p. 1- 350, São Paulo, 2002.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Colégio Estadual Novo Sarandi, 110 p., 2011.
- PUCCI, P. S. *et. al.* Educação Ambiental: Projeto Político Pedagógico de uma Escola de Educação Básica de Lages (SC). **X ANPED SUL**, Florianópolis, 2014.
- SOARES, N. B. Educação Ambiental no Meio Rural: Estudo das Práticas Ambientais da Escola Dario Vitorino Chagas – Comunidade Rural do Umbu - CACEQUI/RS. **Monografia de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS)**, 2007.
- SOUZA, E. J.; *et. al.* **Limites e possibilidades: um olhar sobre o projeto político pedagógico na perspectiva da educação do campo**. In: Machado, C. L. B. *et. al.* Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências. Brasília: MDA, 2008.
- ZAKRZEWSKI, S. B. A Educação Ambiental Nas Escolas Do Campo. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Orgs.) **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, UNESCO, 2007.
- _____. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. In: MEDEIROS, H.; SATO M. (Orgs.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, n. 0, Brasília, 2004.